

OBSERVARE 2nd International Conference

2 - 3 July, 2014

II Congresso Internacional do OBSERVARE

2 - 3 Julho, 2014



Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



Educar para a guerra ou educar para a paz: o debate no campo pedagógico português nas primeiras décadas do século XX¹

Joaquim Pintassilgo
japintassilgo@ie.ulisboa.pt
Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Resumo

O discurso republicano produzido em Portugal na transição do século XIX para o século XX enfatizou a figura do cidadão-soldado como parte do culto cívico da Pátria então fomentado em alternativa às crenças e rituais do catolicismo. Na sequência da implantação da 1ª República, em 5 de outubro de 1910, foi desenvolvido nas escolas primárias um projeto tendo em vista a Instrução Militar Preparatória (IMP) dos jovens portugueses. Para além da preparação militar dos futuros cidadãos, que lhes permitiria, se necessário, defender a Pátria de armas na mão em caso de perigo, esta área curricular tinha, igualmente, entre os seus objetivos conduzir esses jovens à aquisição e interiorização de um conjunto de valores e competências consideradas essenciais. O cidadão ideal da nova República deveria ser ordeiro, disciplinado, moralmente exemplar e fisicamente capaz de afrontar a dureza e as necessidades da guerra, para além de amante incondicional da sua Pátria. A preparação militar surgia, assim, fortemente articulada tanto com a educação física, para cujo desenvolvimento contribui numa fase inicial, como com a educação moral e cívica, de pendor laico, fomentada no período. Está, igualmente, na base da exibição ritual de batalhões escolares no espaço público em momentos de festividade cívica. O contexto belicista que então emerge, associado, a partir de 1916, à própria participação portuguesa na Grande Guerra, criou um ambiente favorável à proliferação dos discursos propagandeando as virtudes educativas da formação militar. Esse contexto contribuiu também, por outro lado, para inspirar o desenvolvimento, no campo pedagógico, de um conjunto de discursos de sentido contrário. Muitos educadores, designadamente alguns dos mais ligados ao movimento da Escola Nova, surgiram como arautos das posições pacifistas que começavam a proliferar no seio do associativismo internacionalista docente e que tiveram amplas repercussões em Portugal. O presente texto tem, assim, como objetivos: analisar o projeto de militarização da juventude escolar fomentado pelo republicanismo português na fase inicial da República; refletir sobre a polémica desenvolvida no campo educativo português à volta desse projeto e tendo como principais termos formar o “cidadão-soldado” ou “educar para a paz”.

Palavras-Chave: republicanismo, patriotismo, cidadão-soldado, Escola Nova, educação para paz.

¹ O presente texto sistematiza e aprofunda as ideias sobre o tema já apresentadas nos seguintes textos: Pintassilgo (2007; 1998).

1. Raízes internacionais e nacionais do projeto de militarização da juventude escolar

Os batalhões escolares fizeram a sua aparição em França na época da Revolução, tendo como pressuposto a ideia de que a formação do cidadão seria indissociável da do soldado. Experiências idênticas foram também desenvolvidas, a partir dessa época, na Suíça. Foi, no entanto, quase cem anos depois, durante a III República francesa, e sob o influxo do espírito intensamente nacionalista e belicista subsequente à derrota na guerra franco-prussiana, que a preparação militar escolar e os batalhões escolares conheceram uma maior difusão. A legislação publicada entre 1880 e 1882 incluiu a ginástica e os exercícios militares no currículo da escola primária francesa, aí se mantendo estes últimos até 1926. A escola primária republicana, local privilegiado para a formação de cidadãos, tornava-se assim também o espaço ideal para difundir, junto dos jovens cidadãos do futuro, os primeiros rudimentos de uma instrução militar, passando o professor primário - embora com a colaboração de instrutores militares - a ter alguma responsabilidade nessa matéria. Na sequência, os batalhões escolares apareceram a abrilhantar as festas nacionais organizadas pela III República. Esta constituiu-se como a fonte de irradiação mais direta da experiência para Portugal. Sensivelmente pela mesma época, os exercícios militares foram introduzidos na escola municipal n.º 1 de Lisboa por Elias Garcia no contexto de descentralização do ensino promovido pela reforma de Rodrigues Sampaio. O primeiro batalhão escolar português fez a sua aparição pública num desfile em 1882. A inspiração foi inequivocamente republicana e maçónica. A iniciativa não teve, no entanto, continuidade, sendo formalmente extinta em 1892. Um diploma legal publicado em 1907, em plena ditadura de João Franco, que intentava esboçar a preparação militar em contexto escolar não passou do papel.

2. Implementação e organização da Instrução Militar Preparatória

Após a implantação da República a experiência de militarização dos jovens escolares foi recuperada e dinamizada. O primeiro passo, dado logo em outubro de 1910, consistiu na nomeação de uma comissão para elaborar um projeto de regulamento, de que fazia parte o conhecido educador João de Barros. A comissão conseguiu levar a bom termo o seu trabalho. O decreto com força de lei de 26 de maio de 1911 tornou público o regulamento e o programa da IMP. Foram editados, posteriormente, manuais de apoio a esse programa. O respetivo ensino foi dividido em dois graus, sendo incluídos no 1º grau os jovens entre os 7 e os 16 anos. O plano de estudos do 1º grau, onde estava integrada a escola primária, incluía, para além da preparação militar propriamente dita, a educação cívica e, significativamente, a ginástica e o canto coral. O ensino devia concretizar-se em todos os concelhos e paróquias do país, entre os meses de outubro e julho, em correspondência com o ano letivo, duas vezes por semana, junto das escolas, quartéis ou campos de instrução militar e, à partida, seria ministrado pelos próprios professores com a colaboração de instrutores militares. Chegaram a ser organizados cursos de férias destinados à formação de professores primários nesta área. No entanto, as resistências a tal iniciativa, bem como o escasso número de professores habilitados, tornaram necessária a participação direta de instrutores militares, assumindo-se estes, em diversas escolas, como professores de IMP. Como em França, a instrução militar dos jovens alunos das escolas primárias visava, num primeiro momento, em termos práticos, a sua participação nas festas cívicas fomentadas pelo republicanismo. O próprio regulamento o prevê:

Os professores e instrutores, com o concurso de corpos administrativos, de sociedades e outras pessoas, deverão anualmente organizar festas patrióticas e cívicas, com exercícios de ginástica, desportivos, canto coral, em que tomarão parte os alunos dos cursos de instrução militar preparatória, aos quais deverão ser conferidos prémios (*Diário do Governo*, nº 123 de 27 de maio de 1911).

No dia 8 de junho de 1913, segundo informação de Desidério Beça (s/d), realizou-se a primeira demonstração pública da IMP no hipódromo de Belém. Com o objetivo de mobilizar a sociedade civil para a iniciativa criaram-se, através de uma portaria de 1 de junho de 1912, que publicou o respetivo regulamento, as denominadas Sociedades de Instrução Militar Preparatória. Foi-lhes atribuída como finalidade a instrução militar dos cidadãos. A ideia era que os mesmos estivessem preparados, em permanência, para a defesa da pátria em caso de perigo. Segundo outro dos publicistas do projeto, José Eduardo Moreira Sales (1912):

Elas [Sociedades] são os belos centros de educação onde os novos vão aprender a desenvolver o corpo pela ginástica e pelos jogos ao ar livre. Ali se ensina os diversos princípios cívicos de forma a dar a cada indivíduo a consciência dos seus deveres e dos seus direitos. E como elas têm por objetivo preparar bons cidadãos, aptos a defenderem a sua Pátria, a instrução do tiro tem naquelas sociedades uma capital importância. (pp. 104-105)

Nessa conformidade, foi cometida às Sociedades de Instrução Militar Preparatória a organização de atividades tais como a realização de cursos, palestras, conferências, visitas e passeios. Foi visível, de resto, o esforço, em especial nos primeiros anos da República, para difundir a IMP pelas escolas, criar batalhões escolares e sociedades de IMP, incentivar a sua participação em manifestações públicas e fomentar o aparecimento de publicações dedicadas ao tema. Esses esforços chegaram a conhecer um relativo sucesso. Não obstante, o projeto republicano de militarizar os jovens portugueses não teve, à semelhança do que aconteceu noutros países, uma real continuidade. Convém não esquecer, no entanto, o contributo positivo que a iniciativa terá dado para a difusão da educação física nas escolas, acabando esta por se libertar da tutela militar a que surgiu associada numa fase inicial.

3. Objetivos e conteúdo da Instrução Militar Preparatória

Tal como está definida, nos diplomas legais e nos textos de propaganda, a IMP surgiu indissociavelmente ligada à educação cívica. Uma parte importante do currículo era, aliás, dedicada a esta matéria. Henrique Pires Monteiro (1916) reafirma, de forma clara, essa perspetiva: “Educando a criança e o adolescente a Instrução Militar Preparatória incute, muito principalmente, virtudes cívicas, forma essencialmente cidadãos antes que instrua soldados” (p. 323). O desiderato a atingir era a “nação armada” como, por diversas vezes, é referido. Os ideólogos da iniciativa não se cansam de chamar a atenção para a necessidade de não confundir a instrução militar, propriamente dita, a ter lugar nos quartéis, com a preparação pré-militar desta forma incluída no currículo escolar. Desidério Beça (s/d), o mais prolixo dos propagandistas da IMP, sublinha isso mesmo: “É tempo de todos terem compreendido que não se quer dar ao mancebo uma educação guerreira, nem fazer soldados antes de tempo” (p. L). Para além de ter como finalidade a educação cívica, a IMP aspira também à formação do caráter moral; pretende-se a esse nível, fundamentalmente, levar os jovens escolares

à interiorização da disciplina típica do “espírito militar” (Idem, pp. XLIII e 38). Não obstante o seu carácter revolucionário, a jovem República procura, assim, assumir-se como intrinsecamente ordeira e disciplinada, bem na linha da tradição positivista e do liberalismo oitocentista.

Um outro aspeto, permanentemente salientado pelos propagandistas, é o que se refere à primazia da educação física no âmbito da IMP. Segundo o já citado Desidério Beça (s/d), o regulamento de 26 de maio de 1911 “baseou muito judiciosamente a preparação militar na educação física” (p. XXXIV), tendendo ambas à formação integral do homem e do cidadão. A insistência na importância da educação física prende-se com o contexto ideológico da época, destacando-se os seguintes fatores: a influência do organicismo positivista, o desenvolvimento de uma antropologia muito marcada por preconceitos étnicos e o avanço das tendências higienistas em articulação com as novas pedagogias. A decadência que se admitia estar a atingir a sociedade portuguesa era explicada, em grande medida, pela degenerescência física que estaria, segundo se acreditava, a penetrar a sociedade portuguesa, situação essa agravada pelo facto da educação física estar habitualmente ausente das práticas escolares. A afirmação da necessidade imperiosa de se proceder ao “aperfeiçoamento”, “rejuvenescimento”, “avigoramento” ou “levantamento físico da raça portuguesa” (Idem, pp. XXX, XXXIV, L e 99-100), de tão repetida tornou-se um lugar-comum do pensamento da época como expressão da sua vontade regeneradora. A preparação militar da juventude, que tinha como meta a “regeneração da pátria” (Sales, 1912, pp. 104-105), constituía, assim, um passo ousado dado na senda da “renascença portuguesa” (Beça, s/d, p. XXI).

A IMP tinha ainda por finalidade explícita o fomento do patriotismo, culto nuclear da religiosidade cívica republicana. Esse facto está bem presente no conteúdo do programa anexo ao já referido regulamento e dos manuais publicados para o efeito, bem como no da restante produção legislativa ou propagandística. Pretende-se desenvolver nos alunos, segundo o decreto-lei de 26 de maio de 1911, “a dedicação patriótica”, “o sentimento do dever e o amor da pátria” (*Diário do Governo*, nº 123 de 27 de maio de 1911). A implementação da preparação militar no seio da juventude escolar surge, assim, como uma dimensão importante do projeto republicano de socialização política dos cidadãos.

4. O debate no campo pedagógico em torno da Instrução Militar Preparatória

A introdução da preparação militar escolar não foi um tema pacífico no campo pedagógico. Surgiram, entre os educadores do período, muitas vozes críticas do projeto e algumas polémicas públicas tiveram mesmo lugar. Tendencialmente, a IMP é defendida por políticos e militares ligados ao republicanismo oficial com presença no campo pedagógico; por seu lado, os educadores próximos das perspetivas pedagógicas da chamada Escola Nova são habitualmente muito críticos da experiência. Vamos analisar aqui dois exemplos de debates relativamente circunscritos. Um deles teve expressão nas páginas da *Revista de Educação: Geral e Técnica*, órgão da Sociedade de Estudos Pedagógicos, uma das mais importantes publicações periódicas dedicadas à educação durante o período republicano. Os contributos que aqui convocamos situam-se entre os anos de 1911 e 1916. Alguns dos textos resultam de debates ocorridos nas sessões da própria Sociedade e relatados nas suas atas. O outro debate teve como intervenientes dois professores, Viriato de Almeida e Augusto de Vasconcelos, e desenrolou-se, entre dezembro de 1912 e março de 1913, ao longo de vários números de

uma das mais emblemáticas publicações profissionais do momento, *A Federação Escolar*.

No caso da *Revista de Educação: Geral e Técnica*, a maioria das opiniões aí expressas foi em sentido contrário à experiência da preparação militar escolar. Os argumentos utilizados combinavam o antichauvinismo, o antimilitarismo, o pacifismo e razões especificamente pedagógicas como, por exemplo, a crítica de uma disciplina imposta ou a defesa do respeito pela criança. Foi o caso do professor de educação física Tolentino de Sousa Ganho que, ao criticar a associação perversa da sua disciplina à preparação militar, considerava que esta última exigia apenas “uma disciplina toda externa”, o que não seria congruente com a ideia de que a criança é “um delicado organismo” e não “um homem em miniatura” (Ganho, 1911, janeiro, p. 27). Todas as competências necessárias ao cidadão-soldado das modernas democracias – resistência física, espírito de iniciativa, sangue-frio, etc. - ser-lhe-iam dadas, na opinião deste autor, pela educação física, que se dirigia “à alma através do corpo” e não pela Instrução Militar Preparatória, que “poderá atuar sobre o corpo, mas paralisando o cérebro” (Idem, p. 32). No mesmo sentido se pronunciou F. Pinto de Miranda, em artigo dedicado à educação física na escola primária, sendo uma das principais conclusões a seguinte: “Batalhões escolares, ensino de tática abstrata de companhia ou regimento, tiro reduzido, são coisas fora de propósito na escola, em oposição ao seu espírito neutro” (Miranda, 1912, janeiro, p. 221).

Uma das peças centrais deste debate teve como figura Adolfo Lima, uma das principais referências portuguesas do movimento pedagógico renovador, intelectual libertário, inspirador da paradigmática experiência da Escola-Oficina nº 1, diretor inicial da renovada Escola Normal Primária de Lisboa e autor de obras de grande relevo como *Pedagogia Sociológica e Metodologia*. Foi a tese da neutralidade política e religiosa da escola que serviu de ponto de partida a Adolfo Lima para, em plena Grande Guerra, refletir, em artigo significativamente intitulado “A escola e a guerra”, sobre a missão dessa mesma escola – “criar individualidades” – e sua relação com a guerra. A criança devia ser educada, segundo o autor, no sentido de “amar a paz” e de “odiar a guerra”, o que não punha em causa a aquisição da necessária robustez física e moral que lhe permitisse lutar por um “ideal”, indo até ao “paradoxo de lutar para conquistar a paz”. Esses objetivos só poderiam ser atingidos se a escola fosse “entregue exclusivamente a pedagogos”, nela não podendo entrar, “nem mesmo como simples professor de ginástica, o militar” (Lima, 1914, outubro, pp. 170-172).

Numa das sessões da sociedade, Frederico Ferreira Simas, ele próprio militar, várias vezes membro da direção da sociedade e futuro diretor, por várias décadas, do Instituto de Odivelas, foi o que mais explicitamente se manifestou a favor da posição oficial, ao considerar que “formar o cidadão é formar o soldado” e que o espírito militar é compatível com a democracia, concluindo com a ideia de que “o sentimento patriótico, o hábito da disciplina e a solidariedade [...] devem criar-se e desenvolver-se na tenra idade” (Simas, julho 1912, pp. 349-350).

Um dos mais interessantes textos produzidos nas páginas da *Revista de Educação* em que o tema da preparação militar está presente, ainda que de forma indireta, é o subscrito por António Aurélio da Costa Ferreira, médico e educador, impulsionador de algumas das experiências pedagógicas mais inovadoras do período (designadamente no que se refere à educação dos então chamados “anormais”) e nesse momento diretor da Casa Pia de Lisboa. O artigo intitula-se significativamente

“Ginástica - escola de moral e de civismo” (Ferreira, outubro 1916, pp. 84-91). Para justificar a articulação proposta, o autor enumera o conjunto de “qualidades” ou “virtudes”, consideradas “fundamentais”, e que podiam ser adquiridas e desenvolvidas através dos “exercícios de ginástica de comando”: “disciplina, atenção, vontade, método, ordem”. Colocando-se numa perspectiva republicana militante, Costa Ferreira enfatiza claramente os valores associados à ordem social, à disciplina e à obediência. “Uma sociedade sem ordem, não é uma sociedade”, afirma. O contributo da ginástica para a “disciplina geral” e, por essa via, para o desenvolvimento do “sentimento pátrio” e para a formação do “cidadão-soldado” parece-lhe decisivo.

Creio firmemente [...] - adianta o autor - que é cultivando o espírito de disciplina [...], o instinto de obediência, a subordinação do indivíduo ao conjunto, que nós prepararemos o bom soldado que, uma vez na fileira, obedece com o menor esforço, como é indispensável, e o bom cidadão que, uma vez na sociedade, naturalmente acata as leis, como é conveniente. (Idem, p. 89)

O autor procura antecipar-se às potenciais críticas provenientes do campo pedagógico, articulando as práticas disciplinares por ele propostas com princípios mais caros à Escola Nova, com que o próprio visivelmente se identifica.

Eu sei que muitas vezes se faz o reparo de que esta educação disciplinada, esta cultura do espírito de obediência, pode levar ao sacrifício da personalidade do aluno, da sua iniciativa individual, e pode redundar em prejuízo dele, tornando-o um ser passivo, mecanizado, automático, que só sabe obedecer [...]. É que ao lado da ginástica de comando e da obediência, se liga grande importância à cultura dos jogos [...], à cultura da afetividade [...] e, sobretudo, ao mais absoluto respeito pela iniciativa do aluno [...]. O ensino da ginástica não pode nem deve furtar-se à lei fundamental da pedagogia moderna, de que o ensino da criança precisa, primeiro do que tudo, ser interessante para ela, ser atraente, ser-lhe agradável. (Idem, pp. 86-87)

As conceções de Costa Ferreira antecipam, com grande lucidez, aquela que é uma das grandes antinomias da modernidade pedagógica - a relação entre a liberdade e a disciplina (ou a autoridade) ou, se quisermos ainda, entre a autonomia e o controlo. Longe de os ver como termos antagónicos, ele procura articulá-los, de forma coerente, no quadro de um projeto mais vasto de formação integral do cidadão. Para além do pragmatismo político - a preservação e consolidação da jovem e instável República - encontramos no autor a crença de que a sociedade liberal, com o seu culto da individualidade e da personalidade, não pode dispensar a ordem, a disciplina e a obediência. A educação física - espaço curricular vocacionado para a libertação do corpo mas, também, para a modelação de gestos e comportamentos - surge aqui como um elemento fundamental no âmbito de um projeto global de governo dos indivíduos através da construção da sua subjetividade. Os dispositivos disciplinares para tal montados deveriam atuar, principalmente, por via da autodisciplina, incidindo tanto sobre o corpo como sobre a alma (Ó, 2003).

Entre dezembro de 1912 e março de 1913 desenvolveu, como dissemos, uma acalorada polémica nas páginas de *A Federação Escolar* entre dois professores de instrução primária, Viriato de Almeida e Augusto de Vasconcelos, que decorreu entre os números 42 e 56 do jornal, num total de dez artigos, cinco para cada um dos

contendores. Este foi, em termos de opinião pública, um dos pontos altos do debate sobre o tema da militarização da juventude escolar. A síntese dos argumentos convocados ao longo da sequência de artigos permite-nos uma sistematização das posições em confronto, com a particularidade de serem aqui protagonizadas por dois membros do professorado primário português. Começamos por Viriato de Almeida, autor da primeira peça da referida série. Na sua opinião, a organização de batalhões escolares desvirtua a missão da escola primária, que deveria ser “imensamente pacifista” (Almeida, 15 dezembro 1912, pp. 1-2). A escola devia procurar inspirar na criança sentimentos de paz e amor, ideias generosas e altruístas, ensinando-lhe “a amar no seu semelhante um seu irmão”. A escola teria igualmente por obrigação ensinar a criança a detestar “o miserável espetáculo” da guerra, em que os homens se matavam uns aos outros. Viriato de Almeida vinca bem o seu pacifismo ao apelar ao desencadeamento de “uma cruzada santa contra a guerra”, não obstante admitir a possibilidade de uma guerra em “defesa de um ideal nobre” (Idem, 29 dezembro 1912, pp. 1-2). Naturalmente que, nessa ótica, a difusão do espírito pacifista e a militarização das escolas seriam tendências absolutamente antagónicas. O autor fundamenta a sua posição também numa perspetiva pedagógica. A educação da criança, segundo os princípios da moderna pedagogia, não seria compatível com o “fêrreo jugo da disciplina militar” (Idem, 15 dezembro 1912, pp. 1-2); além disso, a idade da criança não lhe permitiria compreender as ideias guerreiras. “Robusteça-se física e moralmente a criança – conclui Viriato de Almeida – e militarize-se o homem” (Idem, 12 janeiro 1913, p. 1).

A defesa que Augusto de Vasconcelos faz daquilo que designa; à semelhança do seu antagonista, por “batalhões infantis” centra-se em argumentos de índole nacionalista. O autor chega a admitir que as posições pacifistas de Viriato de Almeida poderiam eventualmente configurar-se como “um crime de lesa-Pátria” (Vasconcelos, 22 dezembro 1912, p. 1). Apesar de proclamar não desejar a guerra, Augusto de Vasconcelos considera que a paz seria uma utopia; assim sendo – e mesmo pondo de lado, por parte de Portugal, uma política agressiva e belicista – resta, segundo o autor, a defesa do que conquistámos, especialmente se forem tidas em conta as ambições das outras potências. Torna-se necessário, assim sendo, concretizar a “nação armada”, isto é, “tornar todo o cidadão apto capaz de defender a Pátria” (Idem, 26 janeiro 1913, p. 2). Esta merece, na sua opinião, todos os sacrifícios, como ideal supremo ao qual era devida uma total dedicação. Desse ponto de vista, a utilidade dos batalhões escolares seria inegável, não pondo em causa a finalidade da escola, tudo dependendo da metodologia usada pelos professores. E o autor conclui com uma declaração solene: “Amo os batalhões infantis, que serão amanhã os defensores dos nossos direitos de nacionalidade independente. E neste sublime sentimento abunda a quase totalidade da nação, pois apenas se excetua meia dúzia de ingenuidades crototquinestas” (Idem, 22 dezembro 1912, p. 1). Esta última referência tem que ver com o facto de serem os libertários portugueses os grandes defensores do pacifismo universalista que Augusto de Vasconcelos imagina estar na base das posições do seu opositor.

5. Considerações finais

A experiência visando a implementação da Instrução Militar Preparatória no currículo das escolas primárias e a difusão dos chamados batalhões escolares eram parte de um projeto mais global de republicanização dos cidadãos que tinha como meta formar o “cidadão-soldado” considerado indispensável para a preservação do jovem regime republicano. O cidadão, tal como era idealizado no âmbito deste projeto, para

além de capaz de desempenhar os seus deveres cívicos e de assumir os respetivos direitos, deveria ser ordeiro, disciplinado, forte e saudável, exemplar do ponto de vista moral e profundamente crente nos valores da pátria. Este projeto tinha, pois, subjacente a si, uma vocação de formação integral dos futuros cidadãos da República. Isso explica a íntima articulação que era feita entre a preparação militar, propriamente dita, a educação moral e cívica e a educação física. Não obstante as virtudes amplamente propagandeadas, nem todos, no campo educativo, se converteram a esta ideia. Pelo contrário. A maioria dos educadores que intervieram no debate público, em particular através da imprensa pedagógica, mostrou-se muito crítica em relação ao projeto de militarização da juventude escolar, convocando argumentos que combinavam as teses antimilitaristas e pacifistas, muito acarinhadas pelos meios libertários, com argumentos mais especificamente pedagógicos, invocando, em particular, a sua desadequação em relação às características infantis e juvenis e as desvantagens pedagógicas de uma disciplina imposta.

Referências

Almeida, V. (12 janeiro 1913). Batalhões infantis. *A Federação Escolar*, 3ª fase, ano 1, nº 46, p. 1.

Almeida, V. (29 dezembro 1912). Batalhões infantis. *A Federação Escolar*, 3ª fase, ano 1, nº 44, pp. 1-2.

Almeida, V. (15 dezembro 1912). Batalhões infantis. *A Federação Escolar*, 3ª fase, ano 1, nº 42, pp. 1-2.

Beça, D. (s/d). *Instrução Militar Preparatória*. Lisboa: Papelaria e Tipografia Fernandes & C.^a.

Ferreira, A. A. Costa (outubro 1916). Ginástica – escola de moral e de civismo. *Revista de Educação: Geral e Técnica*, série V, nº 1-2, pp. 84-91.

Ganho, T. S. (janeiro 1911). A instrução militar preparatória. *Revista de Educação: Geral e Técnica*, vol. I, nº 1, pp. 21-35.

Lima, A. (outubro 1914). A escola e a guerra. *Revista de Educação: Geral e Técnica*, série III, nº 2, pp. 169-174.

Miranda, F. Pinto (janeiro 1912). A educação física na escola primária. *Revista de Educação: Geral e Técnica*, série I, nº 3, pp. 219-231.

Monteiro, H. P. (1916). A escola primária e o futuro cidadão. In Liga Nacional de Instrução. *4.º Congresso Pedagógico (Abril de 1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Ó, J. Ramos do (2003). *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa.

Pintassilgo, J. (2007). A Revista de Educação Geral e Técnica no contexto do Portugal republicano. Debate sobre a educação moral e cívica. In A. R. Schelbauer & J. C. S.

Araújo (Org.). *História da Educação pela imprensa* (pp.129-154). Campinas: Alínea Editora.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Sales, J. E. M. (1912). *O livro do cidadão-soldado*. Lisboa: Papelaria Fernandes & C.ª.

Simas (julho 1912). Atas das sessões. Sessão de 25 de Abril de 1911. *Revista de Educação: Geral e Técnica*, série I, nº 4, pp. 349-350.

Vasconcelos, A. (26 janeiro 1913). Batalhões infantis. *A Federação Escolar*, 3ª fase, ano 1, nº 48, p. 2.

Vasconcelos, A. (22 dezembro 1912). Batalhões infantis. *A Federação Escolar*, 3ª fase, ano 1, nº 43, p. 1.